

Exploração predatória

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a impunidade não só incentiva a exploração predatória de madeira na Amazônia, como permite que madeireiros estrangeiros e brasileiros enganem os responsáveis pela preservação do meio ambiente no Brasil. Estudo da Embrapa comprovou que as poucas empresas que apresen-

tam planos de manejo florestal ao governo têm tido o cuidado de prepará-los seguindo as normas preservacionistas. Essa preocupação com a floresta é de poucas empresas, e está só no papel. Tem o único objetivo de conseguir a autorização para a extração de madeira. O respeito pela legislação ambiental brasileira termina aí. Certos da precariedade da fiscalização na região, os madeireiros pouca atenção dão aos planos de manejo aprovados e exploram a floresta indiscriminadamente, ignorando a necessidade de investimento em reflorestamento e de preservação de determinadas espécies. Nos seus gabinetes, as autoridades limitam-se a folhear os planos de manejo e até a se orgulhar de sua complexidade. Raramente comprovaram, nos últimos anos, seus resultados.

Enquanto as autoridades fazem de conta que exigem o cumprimento da lei e os madeireiros fazem de conta que atendem a todas as normas legais, 80% dos lotes de madeira explorados na Amazônia são extraídos ilegalmente. Se o governo federal não agir com urgência, não haverá como reverter esse quadro. O paraíso mundial da madeira atrai empresas de todo o mundo. Além dos malaios, que já detêm na Amazônia o controle de pelo menos três madeireiras, empresas francesas, inglesas, gregas, alemãs e chinesas estão com um pé na floresta

brasileira. A rapidez com que agem tem de ser levada em conta em todas as ações pretendidas pelo governo.

No Brasil, as primeiras movimentações das empresas malaias parecem seguir o mesmo

padrão adotado na Guiana, que foi predatório. A WTK requereu ao Banco Central um registro de investimento estrangeiro de US\$ 4,3 milhões, mas só com as expor-

tações no ano passado, data do início de suas operações no País, faturou US\$ 4,4 milhões.

Em cinco anos, os grupos asiáticos tornaram-se proprietários de 17,4% das florestas guianenses. No Brasil, eles se estão aproveitando das dificuldades por que passa grande parte das madeireiras nacionais e se associando a elas em sistema de *joint venture*. Dessa forma, podem comprar terras sem ter de atender às exigências da legislação brasileira. O presidente do Ibama decidiu, há dias, remanejar cem fiscais de outras regiões para atuar na Amazônia. Os cinco fiscais de Paragominas, o maior pólo madeireiro do País, não sabem sequer de onde vem a madeira processada nas serrarias ali localizadas. Na semana passada, o Ibama autuou por receptação ilegal de madeiras as empresas malaias Amaplac e Compensa, a chinesa Cifec, a japonesa Eidaí e a americana Carolina entre outras.

O "jeitinho" encontrado pelos estrangeiros para burlar as autoridades do Brasil tem de ser combatido com rigor e rapidez. O primeiro passo é frear a exploração. Na Guiana, a solução encontrada foi a moratória da exploração de madeira. A solução brasileira deve ser encontrada com urgência para que o País conquiste sua posição no mercado mundial de madeira, mas preservando a floresta e beneficiando as empresas sérias e o meio ambiente.

Madeireiros desprezam planos de manejo após conseguir autorização para extração